

Comércio e conquista na *História das duas Índias* do abade Raynal

Trade and conquest in Abbé Raynal's *History of the two Indies*

Tiago Silva¹
tashistoria@hotmail.com

Resumo: O artigo discute o contraste entre comércio e conquista na Filosofia das Luzes. Enfocando a narrativa do abade Raynal sobre a história da Europa antiga, medieval e moderna, ele visa rastrear seus argumentos a respeito das duas práticas, demonstrando como a primeira foi capaz, ao longo do tempo, de suprimir as consequências danosas geradas pela segunda. Nosso objeto de investigação é a terceira versão da *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des européens dans les deux Indes*, publicada em dez volumes no ano de 1780. Complementarmente, buscamos traçar paralelos entre as perspectivas de Raynal inscritas na obra e as produções de outros pensadores da Ilustração franco-britânica, estabelecendo relações teóricas baseadas nos textos de Pierre Rosanvallon, John Pocock e Albert O. Hirschman. Avançamos a conclusão de que, para Raynal, o comércio constitui uma espécie de locomotiva do processo civilizador. Controlando as paixões irracionais e desenfreadas suscitadas pelo espírito de conquista, ele seria decisivo para a formação de corpos políticos onde reinariam a paz, a liberdade e a prosperidade.

Palavras-chave: comércio, conquista, Iluminismo, Raynal.

Abstract: The article discusses the contrast between commerce and conquest in the Enlightenment. By focusing on Abbé Raynal's narrative on ancient, medieval and modern Europe, it aims to trace his arguments on both practices, demonstrating how the first one was capable, over time, of suppressing the detrimental consequences generated by the second one. Our source for investigation is the third version of the *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des européens dans les deux Indes*, published in ten volumes in 1780. In addition, we seek to draw parallels between the perspectives inscribed in Raynal's work and the production of other French-British thinkers of the Enlightenment, establishing theoretical relations based on the work of Pierre Rosanvallon, John Pocock and Albert O. Hirschman. We advance the conclusion that for Raynal commerce constitutes a kind of locomotive of the civilizing process. By controlling the irrational and rampant passions evoked by the spirit of the conquest, commerce would be crucial to the formation of political corpus where peace, freedom and prosperity would reign.

Keywords: trade, conquest, Enlightenment, Raynal.

¹ Universidade Estadual de Campinas.
Cidade Universitária Zeferino Vaz, Barão Geraldo, Campinas, 13083-970, São Paulo, Brasil.

O cenário do comércio civilizador

Em 1675, Jacques Savary (1622-1690) escrevera em seu *Le Parfait Négociant*, livro dedicado aos homens de negócio do século XVII:

[A Divina Providência] não quis que todas as coisas necessárias à vida fossem encontradas no mesmo lugar; dispersou seus dons a fim de que os homens comerciassem juntos e que a mútua necessidade de ajudarem-se uns aos outros pudesse estabelecer entre eles laços de amizade: é essa contínua troca de todos os confortos da vida que constitui o comércio, e esse comércio responde por toda a doçura da vida (Savary, 1675, p. 1).

O século XVIII produziria percepções semelhantes. No verbete *Commerce* da *Encyclopédie*, Veron de Forbonnais (1722-1800) enfatiza: “a Providência Infinita, da qual a natureza é obra, quisera, pela variedade que espalhou, colocar os homens na dependência uns dos outros”. Daí teria nascido o comércio, porta-estandarte da “paz” e da “amizade” entre os povos (Forbonnais, 1754, III, p. 690). Anos antes da publicação dessas palavras, Montesquieu (1689-1755) havia se expressado de maneira análoga: “o espírito do comércio”, afirmava em 1748, “une as nações”. Na esteira do *Le Parfait Négociant* de Savary, o autor sublinhava o papel suavizador da atividade em questão, associando-a ao agenciamento de uma vida branda, orientada por costumes mais “doces”:

O comércio afasta os preconceitos destruidores; e é quase uma regra geral que onde quer que haja costumes doces exista comércio; e onde quer que haja comércio existam costumes doces. Que não nos espantemos, portanto, se nossos costumes são menos ferozes que os de outrora (Montesquieu, 1757, III, p. 238).

Não surpreende encontrarmos argumentos do mesmo jaez no mundo de língua inglesa. Expoente do Iluminismo na Escócia, William Robertson (1721-1793) asseverava que “o comércio tende a desgastar aqueles preconceitos que perpetuam as distinções e a animosidade entre as nações. Ele suaviza e dá polimento aos costumes dos homens” (Robertson *in* Hirschman, 1977, p. 61). Em

diapausa semelhante, James Stuart (1712-1780) imputava à atividade a promoção de consequências salutares: “o comércio e a indústria são solicitados em todos os lugares, e ao se estabelecerem produzem uma fermentação assombrosa nos restos de ferocidade da constituição feudal” (Stuart *in* Rosanvallon, 2002, p. 64). Formulações dessa espécie eram, portanto, recorrentes entre os pensadores da Ilustração franco-britânica. Elas foram concebidas também em outras partes da Europa, onde crescia o intercâmbio comercial no século XVIII. As obras dos italianos Antonio Genovesi (1713-1769) e Ferdinando Galiani (1728-1787) e a ascensão, na Espanha, de “oficiais reais que falavam o novo idioma da economia política” fornecem testemunhos disso (Elliott, 2006, p. 452). Ainda que sob ótica distinta, pode-se afirmar algo parecido para o Portugal pombalino. Não por acaso, como destaca Silva (2015, p. 432), o ministro de D. José I investiu na “criação de indivíduos adaptados às novas exigências do comércio mundial”, como atestam a instalação das Aulas de Comércio em 1759 e o próprio simbolismo de nomear como Praça do Comércio o espaço construído para substituir o antigo Paço da Ribeira, destroçado pelo terremoto de 1755. Ademais, já no reinado de D. Maria, deu-se o aparecimento de uma série de memórias no âmbito da Academia das Ciências de Lisboa cujo teor enfatizava as virtudes da atividade em questão (Cardoso, 1989, p. 64).²

Algumas razões explicam a celebração do comércio no Setecentos. Em primeiro lugar, ela representa uma reação a perspectivas historicamente depreciativas em relação à atividade. Pelo menos até o final do século XVII, esclarece Pierre Rosanvallon (2002, p. 79), “não se encontrava em nenhuma língua europeia uma expressão própria para qualificar de uma maneira específica os assuntos comerciais”. Eles eram situados “fora de todas as profissões, de todas as práticas, de todas as técnicas” (Benveniste *in* Rosanvallon, 2002, p. 79).³ No plano cultural, aumentar os rendimentos por meio do comércio desonrava e podia levar ao desprezo. A par disso, chegava-se mesmo a questionar a eficácia da atividade na realização de seu objetivo mais premente: o acúmulo de riquezas. “Um homem de qualidade”, alegava o Marquês de Vauvenargues (1715-1747), “lutando, adquire riqueza mais honrada e rapidamente [que um comerciante]” (Vauvenargues *in* Hirschman, 1977, p. 58). O acento de vários ilustrados no papel civilizador e humanístico das trocas pretendia combater percepções dessa natureza.

² À guisa de acréscimo, a disposição de valorizar a atividade comercial iria repercutir nos escritos de autores luso-americanos de um período posterior, como deixam claro as obras oitocentistas de José da Silva Lisboa, visconde de Cairu, e de Rodrigues de Brito, consideradas suas indicações dos benefícios que um intercâmbio livre de entraves monopolistas poderia acarretar às relações entre Portugal e sua possessão no Novo Mundo (Kirschner, 2009, p. 130).

³ Lembremos que, do ponto de vista jurídico, o desprezo pelo comércio era proclamado por meio de restrições legais. Na França, os nobres estiveram impedidos de praticar o comércio marítimo até 1699, sob o óbice da perda do título nobiliárquico. A mesma objeção se estendera até 1701 para o comércio de grosso trato. A manufatura e a banca sofreram restrições semelhantes até 1767. Todos esses ofícios eram encarados como incompatíveis com os ideais de nobreza (Serna, 1999, p. 43).

Em segundo lugar, a aclamação do comércio se relaciona com o paulatino esboroamento do “ideal heroico”, que havia transformado a busca de honra, glória e fama no critério de avaliação da virtude e grandeza do homem (Hirschman, 1977, p. 18). Filósofos como David Hume (1711-1776) e Edward Gibbon (1737-1794) indicavam que esse ideal havia concorrido para a desordem política e o atraso econômico da Europa medieval e do início da modernidade. Para eles, o homem virtuoso do passado, ao se orientar pelo “ideal heroico”, ocupava seu tempo livre na guerra e não estimulava o comércio nem a agricultura, fazendo do Velho Mundo um ambiente inseguro e incapaz de acumular os recursos necessários para viabilizar formas modernas de trabalho. Conforme Hume e Gibbon, e outros ilustrados de pensamento similar, a noção de virtude centrada na busca por honra, glória e fama era nociva, uma vez que a violência das batalhas e a servidão não somente eram compatíveis com ela como forneciam as bases sobre as quais ela própria repousava. Portanto, em vez de virtuoso, o homem guiado pelo “ideal heroico” teria sido, na verdade, um guerreiro atroz e um senhor de escravos. Em contrapartida, ao fomentar o contato pacífico entre os povos e agenciar relações sociais refinadas, o comércio passava a ser visto como instrumento capaz de gerar condições mais favoráveis à vivência humana (Pocock, 1995, p. 195).

Finalmente, o elogio do comércio concatena-se às críticas proferidas contra antigas concepções de império. Desde o século XVII tornara-se comum identificar especialmente no expansionismo impulsionado pela sede de conquista o manancial das guerras envolvendo as casas aristocráticas durante a Idade Média e os conflitos detonados no contexto da Reforma (Pagden, 2002, p. 121-139). A par disso, testemunhos sobre o mundo ultramarino contribuíram decisivamente para engrossar as condenações. Sobretudo os relatos de Las Casas (1484-1566) e do milanês Girolamo Benzoni (1519-1570), cruciais para a formação da *Leyenda Negra*, denunciaram a crueldade

das guerras de conquista (Elliot, 2004, I, p. 306), as quais teriam dizimado coletividades nativas e, curiosamente, impedido o aproveitamento da vantagem material a ser auferida da colonização (Todorov, 1996, p. 168).⁴ A despeito das objeções por parte de vários ilustrados em relação às fontes quinhentistas e seiscentistas, seus escritos sobre o Novo Mundo não as descartaram completamente.⁵ Edgar Montiel fala (2005, p. 191-214), por exemplo, da notável influência de Garcilaso de La Vega (1539-1616), cuja obra *Comentarios reales de los Incas* foi lida e comentada por pensadores como Diderot (1713-1784) e Holbach (1723-1789). Em seu *Essai sur les moeurs*, Voltaire (1694-1778) enaltece e fia-se em algumas das fontes aludidas, chegado, inclusive, a citar o célebre bispo de Chiapas:

Bartolomeu de Las Casas, bispo de Chiapas, testemunha dessas destruições, relata que [os conquistadores] iam, com seus cães, à caça de homens. Os infelizes selvagens, quase nus e desarmados, eram perseguidos como cervos no interior das florestas, devorados por mastins, mortos por tiros ou surpreendidos e queimados em suas próprias habitações (Voltaire, 1829, III, p. 399).

Perpetuava-se assim a tradição de diagnosticar no espírito de conquista uma das causas da violência em além-mar. Por outro lado, diversos ilustrados percebiam no comércio uma via alternativa para o estabelecimento de relações pacíficas entre europeus e nativos americanos. Ademais, imputavam à atividade as competências de tornar a colonização mais lucrativa e de conciliar os interesses das potências europeias, de maneira que elas evitassem os conflitos pela posse dos territórios ultramarinos, cujo ápice fora atingido na disputa pela hegemonia global entre França e Grã-Bretanha durante a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), talvez o primeiro conflito de dimensões planetárias na história da humanidade (Elliott, 2006, p. 431-464).

À luz do que precede, compreendemos com maior clareza as passagens citadas no início deste artigo retiradas

⁴ A respeito da *Leyenda Negra*, um estudioso do tema a classifica como um “mito do século XVIII”. “Nascida com a ascensão da Inglaterra como potência mundial no final do século XVI, o conflito global entre católicos e protestantes decorrente da Reforma e a consolidação das hostilidades entre ingleses e espanhóis nas décadas subsequentes, a lenda retratava os hispânicos como colonos brutais e sanguinários, que vitimavam sistematicamente seus súditos nativos” (Restall, 2006, p. 204). Para os nossos propósitos, é importante salientar que a *Leyenda Negra* recebeu pelos menos duas leituras por parte dos ilustrados. De um lado, ela foi endossada e, conforme estamos argumentando, serviu de base para a formulação de críticas a concepções de império fundadas na ideia de conquista. De outro, pensadores como Buffon (1707-1788) e Cornelius De Pauw (1739-1799) negaram sua validade ao avançar a tese da inferioridade natural dos nativos americanos. Sendo assim, as supostas mazelas que os assolavam tinham razão de ser na insalubridade do Novo Mundo, e não na ação predatória dos europeus, especialmente espanhóis (Duchet, 1971, p. 207). Configura-se assim uma clivagem no pensamento das Luzes no tocante à avaliação e, mais interessante, aos rumos da expansão colonial na América: como corolário da primeira visão, desponta a alternativa comercial, com seus pretensos efeitos civilizatórios capazes de depurar os abusos cometidos no continente; da segunda, por sua vez, descortina-se a justificativa da intervenção violenta, dada a visão negativa do autóctone como irremediavelmente degradado, desprovido da menor possibilidade de progresso (Furet, 1978, p. 729). De resto, convém lembrar que vários ilustrados, embora na esteira da *Leyenda Negra*, desafiaram a parcialidade do mito ao questionarem se admoestações eram cabíveis apenas à conduta dos espanhóis. Nesse sentido, o abade Raynal realizava as seguintes indagações aos colonizadores da América Inglesa: “ousais apresentar reprovações aos espanhóis? O que eles têm feito? O que teriam podido fazer de mais desumano? E vós, sois homens? Vós sois homens civilizados? Vós sois cristãos? Não. Vós sois monstros exterminadores” (Raynal, 1780, VIII, p. 466).

⁵ A título de exemplo, William Robertson acusava os primeiros cronistas espanhóis de não terem abandonado suas pré-noções ao analisar o mundo colonial. Eles teriam utilizado um vocabulário próprio para explicar instituições e costumes europeus na descrição de sociedades que ainda não haviam desenvolvido os refinamentos da outra margem do Atlântico. Por isso, as primeiras fontes teriam retratado soberanos nativos – insignificantes, segundo Robertson – como imperadores e pintado pequenos vilarejos como cidades repletas de palácios. Todavia, o autor de *The history of America* não rejeitava *in totum* esses relatos. Ele percebia neles um “núcleo de verdade”, em especial no tocante à crueldade dos conquistadores. De Pauw, por seu turno, era completamente hostil às primeiras fontes espanholas, vistas por ele como produtos de observações indisciplinadas e de investigações não filosóficas (Cañizares-Esguerra, 2011, p. 58-65).

de Montesquieu, Robertson, Steuart, dentre outros pensadores da República das Letras. A *História das duas Índias*, organizada pelo abade francês Guillaume-Thomas Raynal (1713-1796),⁶ compartilha de várias noções presentes nos trechos referidos. A obra destaca, sobretudo, o papel civilizador do comércio em contraste com as consequências danosas suscitadas pelo espírito de conquista. Enfocando sua narrativa sobre a história da Europa antiga, medieval e moderna, nas páginas seguintes intentamos rastrear os argumentos do ilustrado a esse respeito.

Comércio versus conquista

Comércio versus conquista: a *História das duas Índias* opera repetidamente com essa clivagem com o fito de evidenciar o cariz civilizador das trocas. Uma primeira demonstração pode ser verificada na comparação esboçada na obra entre as condições da guerra e da paz em ambientes comerciais e em ambientes marcados pelo ímpeto conquistador.

Segundo Raynal, enquanto o espírito de conquista estimula a agressividade e a guerra, o comércio promove a paz e a amizade entre os povos. Montesquieu havia adiantado a questão. Para o autor do *Espírito das leis*, “o efeito natural do comércio é levar à paz. Duas nações que comerciam juntas tornam-se reciprocamente dependentes; se uma tem interesse em comprar, a outra tem em vender; e todas as uniões estão baseadas nas mútuas necessidades” (Montesquieu, 1757, III, p. 239). Sendo assim, a guerra não lhes seria conveniente. Raynal adota raciocínio semelhante: “quando uma nação desfruta de um grande comércio” não é vantajoso para ela “declarar guerra a outras nações industriosas” (Raynal, 1780, IX, p. 167). Por meio das trocas, cada nação poderia aproveitar o supérfluo de sua produção e suprir suas carências com o supérfluo das demais. O enriquecimento de uma depende das riquezas das outras, sendo do interesse de cada uma delas concorrer para a prosperidade comum. Destarte, esclarece o ilustrado, “o comércio se estabelece sem problemas entre os homens que possuem necessidades recíprocas, e logo eles começam a olhar como amigos, como irmãos, aqueles que o interesse ou outros motivos conduzem à sua região” (Raynal, 1780, V, p. 171). Visando aos benefícios agencia-

dos pelo comércio, os povos se tornariam menos ferozes e buscariam conservar a paz, uma vez que a guerra cessaria o lucrativo contato entre eles:

O comércio alimenta; a guerra destrói [...] Tudo o que uma nação ganha sobre a outra no comércio é um germe de emulação e de trabalho para as duas. Na guerra, por outro lado, a perda é tanto para uma como para a outra, porque a pilhagem, o ferro e o fogo não cultivam nem a terra nem os homens (Raynal, 1780, IX, p. 168).

Acresce dizer que, cortando as “veias do comércio”, a guerra impediria a “comunicação” entre os povos. Comunicação e comércio, ao que tudo indica, eram palavras indissociáveis no século XVIII. Forbonnais (1754, III, p. 690) definia a atividade comercial como “uma comunicação recíproca. Ela aplica-se à comunicação que os homens fazem entre si das produções de suas terras e de sua indústria”. Afora isso, experiências culturais e políticas seriam “comunicadas” mediante o intercâmbio material, o que, para o autor, contribuiria para o avanço das “letras” e das “artes liberais” (Forbonnais, 1754, III, p. 696). O termo comércio ganhou acepção parecida no *Dictionnaire de l'Académie française* (1762, I, p. 339), denotando “comunicação e correspondências comuns” e referenciando tanto as trocas de natureza sentimental quanto intelectual que se seguiriam à transação de mercadorias. Em meados do século XIX, o norte-americano Robert Ingersoll percebeu com perspicácia esse sentido da palavra: “o comércio é o grande civilizador. Trocamos ideias quando trocamos tecidos” (Ingersoll, 1902, VII, p. 138). O termo definia, portanto, o intercâmbio das mais variadas produções e expressões humanas. Acompanhado de “comunicação”, ele comportava um significado expandido em comparação ao que expressa atualmente, quando é empregado, na maioria das vezes, para aludir a atividades estritamente econômicas.

Raynal compartilhava da acepção ampliada da palavra. Também para ele, os benefícios do comércio não se restringiriam ao acesso a produtos da terra ou a artigos manufaturados, uma vez que a atividade engendraria intercâmbios culturais e políticos, estimulando o contato entre diferentes “hábitos” e “opiniões”. Ela ampliaria,

⁶ Raynal contou com o auxílio de vários colaboradores na produção de sua *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des européens dans les deux Indes* (citada aqui traduzida e resumidamente como *História das duas Índias*), como Naigeon (1738-1810), Lagrange (1736-1813) e Denis Diderot. Trata-se, portanto, de um texto polifônico, escrito a muitas mãos, cujo objetivo era problematizar a expansão colonial europeia desde século XV até o último quartel do século XVIII, considerando a presença das potências do Velho Continente tanto nas Índias Orientais como nas Índias Ocidentais. A *História das duas Índias* conheceu três versões diferentes, publicadas respectivamente em 1770, 1774 e 1780, e mais de 60 edições no período de 1770 a 1787, incluindo compilações e formatos resumidos, os chamados *Précis e Extraits raisonné* (Wolpe, 1957, p. 14). Ela foi um verdadeiro *best-seller* proibido, segundo Robert Darnton (1998, p. 69). O texto integral de 1780, utilizado neste artigo, foi o primeiro a levar o nome de Raynal no frontispício, uma vez que as versões de 1770 e 1774 saíram anonimamente. Registre-se que a cada nova versão o texto se tornou mais extenso. A primeira versão reuniu 2.121 páginas, dispostas em seis volumes in-oitavo; a segunda, 3.042 páginas, espalhadas em sete volumes do mesmo formato; e a terceira foi a mais extensa de todas, agrupando em dez volumes in-oitavo 3.077 páginas. O aumento no tamanho do texto se deveu a um esforço de atualização. Ao passo que ocorriam fatos dignos de nota, eles eram debatidos na publicação seguinte, exigindo páginas adicionais. A versão de 1780, por exemplo, pôde dedicar vários capítulos à Independência das Treze Colônias, evento que suas antecessoras, por razões óbvias, não puderam discutir.

dessa maneira, o conhecimento a respeito da diversidade humana, permitindo aos indivíduos alargarem sua visão de mundo e abandonarem a idiotia. O comércio, no sentido que o termo é compreendido na obra do ilustrado francês, revela-se um decisivo instrumento de civilização. A seguinte afirmativa expressa isso com nitidez: “os povos que poliram todos os outros foram comerciantes. Até recentemente a Europa era selvagem; na verdade, ela ainda é bárbara, e sem a imensa comunicação que os homens têm uns com os outros, ela talvez o fosse para sempre” (Raynal *in* Ohji, 2008, p. 60).⁷

Vemos, portanto, estabelecida uma correspondência entre intercâmbio comercial, comunicação e processo civilizador. Remetendo aos povos da Antiguidade, Raynal traça um paralelo entre tal correspondência e outra de cunho negativo supostamente agenciada pelo espírito de conquista.

Nas páginas iniciais da *História das duas Índias*, os fenícios são retratados como os pioneiros do comércio marítimo. “A natureza, que os tinha situado numa costa árida entre o Mediterrâneo e a cadeia de montanhas do Líbano, parecia tê-los lançado nesse tipo de terreno para ensiná-los a reinar sobre os mares”. Consequentemente, os fenícios desenvolveram suas galés, movidas a velas e remos, por meio das quais intercambiavam com outros povos. Promovendo a benfezaja “comunicação” que acompanha o comércio, sua “*sagesse* e indústria” ilustraram a Grécia, nação que teria aperfeiçoado os progressos deles recebidos e os comunicado a outros povos da Ásia e da Europa (Raynal, 1780, I, p. 6).

Os gregos teriam elevado “a razão humana a um grau de perfeição” desde então inalcançado. “Tudo nascia e se aperfeiçoava em suas mãos” (Raynal, 1780, I, p. 10). Portadores desse espírito, eles estabeleceram relações comerciais com outros povos da Antiguidade e, na companhia dos cartagineses, desenvolveram a “agricultura e os bons costumes” na Sicília e difundiram seus avanços a outras partes do Mediterrâneo. Os árabes, a quem Raynal atribui a “álgebra, a química, as luzes em astronomia, novas máquinas e remédios não conhecidos dos antigos” (Raynal, 1780, I, p. 19), também teriam sido comerciantes. Por intermédio das trocas, eles comunicaram seus progressos, estimulando a expansão do conhecimento da Península Ibérica à China.

Por seu turno, algo muito diferente teria se passado quando os romanos se tornaram os senhores do mundo. De acordo com Raynal, eles foram os grandes conquistadores da Antiguidade. Todavia, pouco concorreram para

o desenvolvimento da razão e da indústria. Avessos ao comércio e à comunicação, eles preferiam sujeitar militarmente as “nações” em vez de desenvolvê-las e uni-las. Seu despotismo oprimia os povos e “sufocava o gênio”. “Instituídos para conquistar”, os romanos não teriam promovido os efeitos salutares que acompanham as trocas. Pelas suas mãos,

Os povos da Europa, oprimidos pelo escravismo e pela consternação, nesse estado de estupidez e inércia que por um longo tempo deve ter sido o primeiro estágio da humanidade, pouco aproveitavam a fertilidade do solo e possuíam uma indústria completamente rudimentar. Os países distantes não existiam para eles. Quanto aos seus vizinhos, eles os conheciam apenas para combatê-los ou temê-los (Raynal, 1780, I, p. 14).

Tomados pelo espírito de conquista, no lugar da correspondência entre comércio, comunicação e processo civilizador, os romanos teriam promovido a escravidão, a inatividade e a guerra.

A *História das duas Índias* distingue, dessa maneira, dois modelos de contato entre os povos: o primeiro, levado a cabo especialmente por gregos e fenícios, ao primar pelo comércio, teria agenciado a comunicação e, entre outros progressos, o desenvolvimento da “indústria”, dos “bons costumes” e da “razão” humana; o segundo modelo, simbolizado pelo militarismo e pelo ímpeto conquistador, teria inviabilizado as trocas e acarretado consequências nefastas, como a “inércia”, a “estupidez” e a hostilidade entre os povos. Além do mais, entregues a ele, os romanos determinaram o fim da liberdade no mundo antigo, instaurando a tirania. “Quando Roma a tudo invadiu”, assevera Raynal, “tudo se perdeu” (Raynal, 1780, X, p. 232).

De acordo com o ilustrado, o modelo conquistador de Roma teria sobrevivido à queda do Império e propagado seus efeitos ruinosos durante grande parte da Idade Média (Ohji, 2008, p. 61). O espírito de conquista e a tirania acompanhariam o Velho Continente por um longo período, até que o renascimento do comércio no século XII reacendesse as primeiras centelhas de liberdade. O exemplo seguinte versa sobre esse processo e passa pela narrativa impressa na *História das duas Índias* sobre a gênese da Europa do Medievo e sua superação histórica, culminando na instauração do que a historiografia veio a titular de Estados modernos.

Segundo Raynal, a queda do Império Romano do Ocidente no século V, o despotismo legado por ele, a

⁷ Trecho presente na primeira edição da *História das duas Índias*, publicada em 1770. No texto de 1780, Raynal o modifica, todavia sem desfazer a imagem civilizadora do comércio. Vejamos: “quem tem aberto esses canais? Quem tem drenado essas planícies? Quem tem fundado essas cidades? Quem tem reunido, vestido e civilizado os povos? Todos os homens esclarecidos têm proferido uma só resposta: o comércio, o comércio. De fato, os povos que poliram todos os outros foram comerciantes” (Raynal, 1780, I, p. 5).

selvageria dos invasores do norte e a superstição generalizada entre os habitantes da Europa fizeram com que a Igreja Romana levasse adiante suas pretensões de “monarquia universal”. Inaugurava-se, assim, uma conjuntura assinalada por violentos conflitos territoriais, alimentados pela sede de conquista da nobreza guerreira, preconceitos eclesiásticos e vexações tributárias. Com isso, as “artes”⁸ e o já exíguo comércio existente teriam estancado de vez e o continente adentrado num contexto que o ilustrado qualifica como “anarquia e tirania feudais” (Raynal, 1780, I, p. 26).

A superação desse quadro teria se iniciado somente no século XII. Utilizando-se da letra de câmbio (*lettre de change*),⁹ mercadores da região da Flandres, em parceria com negociantes de cidades como Lübeck e Hamburgo, concorreram para a formação da Liga Hanseática, “a primeira [associação] dos tempos modernos que teve um sistema de comércio regular” (Raynal, 1780, I, p. 25). Com o escopo de fomentar o intercâmbio material e a comunicação entre os povos, a Liga teria realizado “felizes operações” e tornado um de seus associados, os Países Baixos, “a região mais rica, povoada e cultivada da Europa” (Raynal, 1780, I, p. 25).

Tamanha prosperidade teria impressionado a “maioria dos reis”, em cujos territórios, nas fileiras privilegiadas, havia apenas clérigos e nobres. “O restante”, para nos ater ao vocabulário de Raynal, “eram escravos”. Os reis teriam percebido que esse estado de coisas era incompatível com o desenvolvimento do comércio e com as riquezas dele provenientes. Compreenderam que a prosperidade decorrente das trocas florescia somente em ambientes livres e industriais. Em vista disso, eles aboliram a “escravidão”, determinados privilégios da nobreza e as vexações tributárias que travavam a atividade de cidades e vilas. Por conseguinte, companhias de mercadores teriam sido formadas, “os burgueses se tornado cidadãos e ao terceiro estado reestabelecido o direito de participar nas assembleias nacionais” (Raynal, 1780, I, p. 26). O caminho era preparado para o desenvolvimento econômico e para a formação de um novo grupo social politicamente relevante. No caso, os burgueses forneciam recursos para o fortalecimento das monarquias, enquanto estas, em compensação, consentiam às reivindicações e permitiam aos membros do terceiro estado participar da vida pública. Tal interação, observa Raynal, concorreu para arrefecer o furor de conquista da nobreza, as pretensões políticas da Igreja e o “mais destruidor de todos os direitos: o direito feudal” (Raynal, 1780, IX, p. 62). As condições para a li-

berdade civil e o florescimento das “artes úteis” eram assim edificadas. A partir desse diagnóstico, o ilustrado conclui:

Foi quando houve indústria e riqueza no povo que os reis serviram para alguma coisa. Foi quando as riquezas do povo puderam ser úteis aos reis contra os barões que as leis melhoraram sua condição. Foi uma política sã à qual o comércio sempre conduz, e não a religião cristã, que levou os reis a declarar livres os escravos de seus vassallos (Raynal, 1780, I, p. 26).

Superava-se assim a tirania dos barões medievais, definida na *História das duas Índias* como fonte de arbitrariedade, violência e fanatismo. Ao conservar a maioria do “povo” na servidão, ao passo que uma parcela mínima de súditos gozava de privilégios abusivos, ela teria configurado um ambiente hostil ao livre desenvolvimento das potencialidades humanas. Por sua vez, em oposição ao espírito de conquista legado pelos romanos e à anarquia feudal, o comércio teria articulado condições históricas inéditas de liberdade e cidadania nas monarquias modernas. Essa “fermentação”, Raynal assevera, “fez com que as nações ganhassem forma, consistência”, e as populações não fossem mais “esmagadas”, “mutiladas” e “pisoteadas” pelas “guerras constantes entre os burgos vizinhos” (Raynal, 1780, IX, p. 29). Ao lado da centralização monárquica, o renascimento da atividade comercial na Baixa Idade Média teria conferido “ordem” ao continente europeu por meio da “regulação pacífica das relações internacionais, do fortalecimento da comunicação entre os indivíduos e do enriquecimento do povo no seio de cada corpo político” (Ohji, 2008, p. 62). Eis um benefício decisivo, pois “sem ordem”, o ilustrado enfatiza, “tudo se torna incerto, nada se realiza ou tudo se faz às pressas e mal” (Raynal, 1780, IX, p. 159).

A *História das duas Índias* aproxima-se, mais uma vez, de outros textos setecentistas. O *Espírito das leis*, de Montesquieu, e as obras de Steuart e John Millar, para ficarmos apenas em exemplos englobados pela Ilustração franco-britânica, também frisavam a contribuição do comércio para o aperfeiçoamento político das sociedades. Em sua *Inquiry into the principles of political economy*, Steuart afirmava que o desenvolvimento do comércio conduziria “a um plano de administração mais regular e moderado” (Steuart in Hirschman, 1977, p. 81). Em uníssono, Montesquieu argumentava que, além de suavizar os costumes, o comércio produziria efeitos políticos benéficos, pois concorreria para eliminar os processos arbitrários

⁸ O termo faz referência tanto às habilidades produtivas como às artísticas. Para uma breve discussão da palavra, ver Pocock (1995, p. 48).

⁹ Na história do comércio, a invenção da letra de câmbio “é quase comparável à descoberta da bússola e da América”. Ela teria liberado os capitais mobiliários, facilitado seus movimentos e criado um imenso volume de crédito. Desde então, o comércio não teria conhecido “outros limites senão os do próprio mundo” (Levy in Hirschman, 1977, p. 75). A referência lisonjeira de Raynal à letra de câmbio deve ser compreendida desta maneira, como um instrumento decisivo para a expansão das trocas.

“de tomada de decisões”. Segundo ele, os interesses gerados pela atividade teriam o efeito de dissuadir o soberano de agir de “modo violento e imprevisível”, ainda que “assim desejasse fazê-lo” (Hirschman, 1977, p. 83). Opinião divisada, de acordo com Albert O. Hirschman (1977, p. 88), pelo escocês Millar, no opúsculo *The advancement of manufactures, commerce and the arts*.

Na obra de Raynal, o conjunto de aperfeiçoamentos fomentado pelo comércio ganha em inteligibilidade à luz da versão moderna do conceito de civilização formulado na França na segunda metade do século XVIII. Segundo a periodização de Norbert Elias, antes disso era comum o acionamento de termos como civilidade e polidez para expressar a autoimagem de grupos aristocráticos, forjada a partir do cotejamento com o modo de vida de homens julgados como simples e rústicos, de costumes grosseiros e bárbaros. Importava, então, o adjetivo, *civilisé*, empregado para afirmar a superioridade da aristocracia cortesã em relação a coletividades vistas como subalternas, usualmente personificadas pelo camponês e pelo selvagem americano (Elias, 1990, I, p. 64).

Impondo-se por volta de 1760, o significado moderno de civilização foi desenvolvido a partir do conflito entre grupos presentes na sociedade de corte. Ele assimilou noções relacionadas à civilidade, suas ancestrais, e seguiu como um contraconceito a outro estágio da sociedade, a barbárie. Todavia, se os termos que lhe serviram de base buscavam legitimar a pretensa superioridade da aristocracia cortesã, o significado moderno de civilização foi mobilizado pelos setores médios e burgueses para exprimir suas reivindicações sociais e políticas ao Antigo Regime. Incorporados relativamente cedo pelo mundo cortesão na França e na Inglaterra, esses grupos não pretendiam destruir, mas adaptar a ordem vigente. Buscavam, em uma palavra, reformar a estrutura monárquica. Expressão dessa crítica cautelosa, o significado moderno de civilização indicava que os homens ainda não estavam totalmente civilizados. “A civilização dos povos”, dizia Mirabeau (1715-1789), “ainda não se completou” (Mirabeau in Elias, 1990, I, p. 62). O conceito passava então a designar um processo ainda em andamento, cuja finalidade era eliminar o barbarismo e a selvageria da experiência humana. Ele ganhava assim em dinamicidade, indicando “um progresso constante na ordem do que civilidade, termo estático, já não bastava para exprimir e que era preciso chamar de *civilização* para definir-lhe simultaneamente o sentido e

a continuidade” (Benveniste in Starobinski, 2001, p. 15). Apropriado pelos grupos reformistas da sociedade de corte, o conceito de civilização adicionava novos requisitos para que uma sociedade pudesse ser considerada civilizada. Daí sua força política. Em oposição a certas condutas e prerrogativas aristocráticas, ele expressava obrigações de governo afinadas com as reivindicações dos setores médios e burgueses,¹⁰ tais como:

A eliminação de tudo o que era ainda bárbaro ou irracional nas condições vigentes, fossem as penalidades legais, as restrições de classe à burguesia ou as barreiras que impediam o desenvolvimento do comércio – este processo civilizador devia seguir-se ao refinamento das maneiras e à pacificação interna do país (Elias, 1990, I, p. 62).

Influenciados pelo novo sentido do conceito, cuja definição implicava encarar a história como um processo de depuração ainda em andamento, os filósofos da República das Letras buscaram fórmulas sintéticas que supostamente contemplariam as reivindicações em tela e, por conseguinte, impulsionariam a marcha da civilização. De acordo com Mirabeau, a religião seria este “principal móvel”, uma vez que ela fomentaria as virtudes morais dos homens e sua sociabilidade. Rousseau (1712-1778) o identificara na “perfectibilidade”; outros, no caminho aberto pelas “Luzes” (Starobinski, 2001, p. 16). Conforme viemos acompanhando, a *História das duas Índias*, uma das primeiras obras a operar com o significado moderno de civilização, o detecta no comércio, apresentado como uma espécie de locomotiva do processo em questão:

[...] sem sua ação as artes e a cultura seriam pouca coisa. Percorrendo a Terra, atravessando os mares, levantando os obstáculos que se opõem à comunicação dos povos, ampliando a esfera das necessidades e dos desejos prazerosos, [o comércio] multiplica os trabalhos, encoraja a indústria e torna-se, de certa maneira, o motor do mundo (Raynal, 1780, IX, p. 145).¹¹

Não obstante os infindáveis atributos positivos listados na *História das duas Índias*, o elogio do comércio não aparece sem ressalvas. Indício de que, na obra, o movimento civilizacional não desenha uma trajetória linear, livre de contradições e ambiguidades. Para compreen-

¹⁰ É inegável a importância de Norbert Elias para a compreensão do conceito de civilização e de outros aspectos socioculturais do Setecentos. Todavia, convém alertar, não assimilamos sem ressalvas o nexos proposto por ele entre Ilustração e burguesia. Conforme esclarece Franco Venturi, “não há dúvidas de que o Iluminismo, ou certos aspectos dele, tornaram-se em um certo momento um instrumento de defesa e de ataque contra a sobrevivência do mundo feudal, senhorial, medieval na França, na Itália, na Espanha e alhures” (Venturi, 2003, p. 41). Mas, prossegue o autor, exagerar nesse ponto acarreta o risco de não compreendermos os *philosophes* (Montesquieu e Mirabeau, por exemplo) e as “lutas” contemporâneas nas quais eles tomavam partido. Por essa razão, Venturi conclui, “a relação entre as forças burguesas mais ou menos estáticas ou ativas e o movimento iluminista deve permanecer um problema, não um dado de fato e um pressuposto histórico” (Venturi, 2003, p. 42).

¹¹ Atento ao tema, Franco Venturi notou que, em Raynal, o comércio fornece “a chave para a compreensão do desenvolvimento das civilizações humanas” (Venturi, 1992, p. 20).

dermos esse aspecto do pensamento de Raynal, devemos considerar a premissa defendida por ele segundo a qual os indivíduos recebem suas “feições” das “artes que exercem”. Por corolário, “se alguns ofícios amolecem e degradam a espécie, outros a endurecem e corrigem” (Raynal, 1780, IX, p. 153). Nesse sentido, “as ocupações sedentárias das artes mecânicas”, extraordinariamente ampliadas pela expansão das trocas, teriam tornado “o homem mais sensível às injúrias das estações e menos propenso ao grande ar, que é o primeiro alimento da vida” (Raynal, 1780, IX, p. 152). Envolvendo-se cada vez mais em relações comerciais e convertido em trabalhador de manufaturas, ele teria perdido em ousadia, bravura e resistência. Destarte, o avanço do comércio faria a humanidade progredir, mas não sem degradá-la em alguns aspectos. Em *A riqueza das nações*, texto em que chega a citar a *História das duas Índias* (Smith, 1996, I, p. 238), Adam Smith (1723-1790) esboça raciocínio semelhante. Também para ele, a estabilidade derivada das trocas havia causado certos danos ao homem: “a uniformidade de sua vida estagnada”, assevera o pensador escocês, “naturalmente corrompe a coragem de seu espírito, e o faz olhar com horror a vida irregular, incerta e cheia de aventuras de um soldado” (Smith, 1996, II, p. 244).

John Pocock explica a presença de tais reservas entre os defensores das relações de troca à luz da polêmica setecentista entre humanistas cívicos e humanistas comerciais. Para os primeiros, a ascensão da “sociedade mercantilista e manufatureira” havia minado as bases da “virtude antiga” – quer de ramificação romana e renascentista, quer baseada na tradição do agrarismo gótico –, a qual se fundamentava na propriedade da terra e na autodefesa. Esses atributos viabilizariam a participação autônoma e engajada dos indivíduos nos assuntos da “cidade”, garantindo “acesso direto à atividade e igualdade de governar e ser governado” (Pocock, 2003, p. 97). Defensores desse ideal de cidadania, os humanistas cívicos salientavam que a “produção e a troca de bens implicavam atividades especializadas demais para ser compatíveis” com ele (Pocock, 2003, p. 149), simplesmente porque o “homem do comércio”, ao se restringir à particularidade de seus interesses e às comodidades geradas pelas trocas, não conseguiria se envolver integralmente nos assuntos públicos nem defender diretamente seu país, sendo obrigado a delegar os rumos da sociedade a monarcas absolutistas e o exercício das armas a tropas mercenárias. Isso teria tido consequências sobre sua personalidade, tornando-o dependente, mole e “efeminado”, em contraposição ao ser autônomo e investido de valores marciais muito vivos em

sociedades “pré-mercantilistas”. Pocock (2003, p. 192) destaca a força desse argumento no século XVIII, enfatizando que a “antiga imagem da virtude nunca foi demolida ou abandonada”. Vários humanistas comerciais teriam feito concessões a ela, todavia formularam uma resposta para enfrentá-la, cujo conteúdo afirmava que

A ascensão do comércio e da cultura havia compensado a perda em virtude, que essa ascensão trouxera consigo, e tinha aumentado enormemente a capacidade de produção e consumo, de troca, interdependência e solidariedade; e, sobre essas bases, deviam ser erigidos novos sistemas éticos que mostrassem como a preocupação do homem com o seu próprio bem-estar poderia ser convertida em preocupação com o bem-estar dos próximos sociais (Pocock, 2003, p. 192).

As supracitadas restrições de Raynal e Smith em relação às trocas não deixam de ser uma concessão à imagem da “virtude antiga” louvada pelos humanistas cívicos, mas ganham respostas similares ao raciocínio expressado na passagem em tela. Smith, por exemplo, afirmava que os prejuízos trazidos pela atividade comercial aos valores marciais seriam desculpáveis, uma vez que o *ethos* guerreiro do passado era nocivo e ela o teria substituído pela “ordem e o bom governo, e com eles, a liberdade e a segurança dos indivíduos [...]” (Smith, 1996, I, p. 394). Antes do renascimento das trocas na Baixa Idade Média, continua o ilustrado, na Inglaterra os “grandes senhores” guerreavam de acordo com sua própria vontade uns contra os outros e frequentemente contra o rei. O país “era um cenário de violência, rapinas e desordens” (Smith, 1996, I, p. 403).¹² *A História das duas Índias* tece o mesmo argumento ao realizar o balanço das transformações desencadeadas pelo comércio, asseverando ser preferível “enervar a espécie humana sob os tetos dos ateliês a endurecê-la sob as tendas” e deixá-la se autodestruir em conflitos intermináveis, como era de praxe “nas nações bárbaras dos tempos heroicos” (Raynal, 1780, IX, p. 153). Portanto, se as sociedades modernas forjavam indivíduos covardes e desnaturados, esses efeitos teriam sido perfeitamente compensados pelas vantagens agenciadas por elas. Aos olhos de Raynal, a Europa do século XVIII era socialmente ordenada em comparação ao seu passado belicoso e inconstante dominado pelo ímpeto conquistador. O comércio teria se insinuado “até se tornar essencial para a organização ou para a existência dos corpos políticos” (Raynal, 1780, V, p. 5), provando que a civilização havia avançado mesmo que à custa de certas virtudes. Ao confrontar o mundo

¹² Note-se que o argumento de Smith lembra aquele do abade francês a respeito da “anarquia feudal” e sua superação histórica pelo comércio.

romano, dominado pelo espírito de conquista, com as nações da Europa moderna, o pensador francês apresenta o seguinte julgamento:

Sem dúvida é fácil e belo pintar os romanos dominando a arte da guerra, subjugando todas as outras artes, todas as nações inativas ou comerciantes, policiadas ou ferozes [...] Mas é ainda mais doce e belo ver toda a Europa povoada de nações laboriosas, que contornam o globo sem cessar para desbravá-lo e colocá-lo em posse do homem; [nações que] agitam, pelo sopro vivificante da indústria, todos os germes reprodutivos da natureza; que buscam nos abismos dos oceanos, nas entranhas dos rochedos, novos sustentos ou novos prazeres; que movimentam a terra com todas as alavancas do gênio [...] que aproximam um continente do outro (Raynal, 1780, IX, p. 153).

Raynal nos coloca novamente diante do expansionismo belicista de Roma, agora contrastado com o contato promovido pelas nações modernas. No primeiro caso, o tônus é a conquista pela conquista, não importando as consequências perniciosas daí derivadas. No segundo, o contato se realiza por intermédio do comércio, método construtivo pelo qual a humanidade desenvolve novos produtos e desfruta em paz de prazeres até então desconhecidos. Além do mais, as trocas diminuiriam a distância entre os povos, promovendo uma espécie de libertação geográfica. Isso fica claro nas páginas da *História das duas Índias* sobre as possibilidades efetivadas pela expansão europeia na Ásia e no Novo Mundo. Raynal diz que a partir desse momento “as produções dos climas localizados sobre o Equador passaram a ser consumidas nos climas vizinhos dos polos; a indústria do norte foi transportada para o sul; e os tecidos do Oriente fizeram o luxo dos ocidentais” (Raynal, 1780, I, p. 3). O comércio teria, portanto, a virtude de abastecer com produções de distintas partes do planeta regiões onde a natureza não houvesse operado com generosidade. Ele libertaria os povos das privações do clima e do solo a que seu território estivesse delimitado. Montesquieu afirmava algo parecido ao frisar a conveniência do comércio para nações afixadas em ambientes hostis à vivência humana: “cumpria subsistir”, e por intermédio das trocas elas “tiraram sua subsistência de todo o universo” (Montesquieu, 1757, III, p. 293). Subjacente a essa ideia está a compreensão do comércio como fator de emancipação humana ante as limitações impostas pelo meio natural. Mais uma vez, Raynal e o autor do *Espírito das leis* arrolam opiniões parecidas, reforçando suas concepções a respeito da positividade dos efeitos gerados pelo comércio.

O comércio e o controle das paixões

Ao longo das páginas anteriores, intentamos demonstrar o contraste estremado por Raynal entre o barbarismo suscitado pelo espírito de conquista e as consequências civilizadoras das trocas. Algumas oposições devem ter ficado claras, como guerra *versus* paz, inércia *versus* atividade, desordem *versus* ordem, tirania *versus* liberdade, sendo os primeiros termos associados à conquista e os segundos ao comércio. Mas quais seriam as causas, o porquê de uma e outra prática produzirem resultados tão diversos? Na *História das duas Índias*, a resposta para a questão se relaciona com a intensidade e o direcionamento das paixões humanas em ambientes comerciais e em ambientes dominados pelo ímpeto conquistador.

De acordo com Raynal, um mundo dominado pelo espírito de conquista tende a suscitar o descontrole das paixões, expressadas de maneira irracional e desenfreada. Eis, por exemplo, a causa da anarquia e tirania feudais discutidas acima. Ao lançarem mão de vários meios para saciar sua sede de glória, uma “glória sanguínea”, os aguerridos barões medievais comumente empregavam violência e crueldade sem limites, inviabilizando a formação de corpos políticos ordenados e a composição de leis civilizadas. Pululavam então as guerras, e o que assegurava a conservação do reino de cada senhor era tão somente a capacidade bélica de cada um deles. Sendo assim, eles impediam o estabelecimento da comunicação entre as regiões da Europa e o bem-estar dos súditos comuns (Raynal, 1780, IX, p. 112).

Outra paixão desregrada, a vaidade de cada guerreiro, também contribuía para acarretar as consequências em tela. Convém registrar que, essas duas paixões, glória e vaidade, caminhavam lado a lado no imaginário de conquista. A “glória”, de acordo com Anthony Pagden, era almejada em razão do “desejo de [se] obter a estima e a admiração de terceiros”, de sorte que o guerreiro satisfizesse sua vaidade. “No mundo antigo e, na verdade, até bem pouco tempo, na maioria das sociedades, o local mais óbvio, e em alguns casos, o único, onde se podia conquistar a glória eram os campos de batalha” (Pagden, 2002, p. 55). Raynal indica que, entregues a essas paixões interligadas e tradicionalmente satisfeitas por meio da guerra, os “odiosos conquistadores” do passado

[...] amavam mais ser o terror de seus vizinhos que os pais de seus súditos; preferiam invadir as províncias a ganhar os corações; desejavam que os gritos de dor fossem o único hino de suas vitórias; [aspiravam] que se elevassem monumentos lúgubres sobre campos que

tenham despojado, sobre cidades que tinham reduzido a cinzas e sobre os cadáveres que se tinham acumulado mediante a ação de sua espada; monumentos estes destinados a immortalizar seu furor e sua vaidade (Raynal, 1780, IX, p. 113).

No tocante às riquezas originárias da conquista, a avaliação impressa na *História das duas Índias* não é menos desfavorável. A obra indica que elas derivavam basicamente de butins de guerra e eram prontamente dissipadas com o luxo, outra paixão avassaladora. Distintivo da nobreza guerreira em relação à maioria pobre e servil, a ânsia por luxo teria, ademais, inibido o progresso das “artes úteis” e gerado o desprezo pelo trabalho. Ilustrativamente, Raynal afirma que na França de Luís XI, a despeito da política salutar empreendida pelo monarca ao domesticar a nobreza, o “luxo selvagem” e o “fausto bárbaro” dos grandes barões continuaram impedindo o povo de se tornar “industrioso, ativo e estimável” (Raynal, 1780, I, p. 17). Dessa maneira, o modo de vida opulento de uma minoria privilegiada teria sufocado a atividade e acarretado a miséria do restante dos indivíduos.

Que fazer, portanto, com paixões agenciadoras de consequências tão negativas? A solução aventada por Raynal se fundamenta em um conjunto de ideias partilhado por outros representantes da Filosofia das Luzes. De acordo com Rosanvallon, as discussões no âmbito do direito natural travadas desde o século XVI em diversas partes da Europa levaram inúmeros pensadores a buscar a instituição e a regulação da sociedade no homem, naquilo que ele realmente é. Eles perscrutaram a natureza humana com o fito de erigir teorias a respeito da origem e do bom funcionamento dos corpos políticos, recusando a solução tradicional para essas questões, calcada na lei divina. Chegaram, por esse procedimento, à hipótese antropológica do ser humano movido por apetites e paixões, implicando a conclusão de que é a partir das paixões, e não apesar delas, que a compreensão dos fundamentos e da organização da sociedade deveria ser encetada. Nas palavras de Rosanvallon (2002, p. 25):

[...] toda literatura sobre os afetos sociais, as paixões e os sentimentos, que floresce no século XVIII deve ser assim adequadamente compreendida. Não se trata de uma moda psicológica ou de uma diversão mundana. É apenas o signo de uma tarefa filosófica prioritária para pensar o fundamento da sociedade humana. Trata-se de completar e de assentar a nova visão de mundo implicada na revolução copernicana: “as paixões são para a moral aquilo que o movimento é para física”, proclama significativamente Helvétius.

Admitida a imutável realidade do homem movido por apetites e paixões, infere-se que a organização das

sociedades depende do modo como esses impulsos são administrados. Não se trata, pois, de aniquilá-los, mas de conduzi-los racionalmente. As palavras do pensador britânico Henry Bolingbroke (1678-1751), a quem a *História das duas Índias* chega a mencionar (Raynal, 1780, X, p. 98), sintetizam bem o assunto:

O que é o vício e o que é virtude? O vício, creio, não é outra coisa senão o excesso, o abuso, a má aplicação dos apetites, dos desejos, das paixões, que são naturais e inocentes, e inclusivamente úteis e necessárias. A virtude consiste na moderação e no domínio, no uso e na aplicação desses apetites, desses desejos, dessas paixões, em conformidade com as regras da razão e, por conseguinte, muitas vezes em oposição aos seus impulsos cegos (Bolingbroke in Hazard, 1989, p. 159).

Em conformidade com as observações de Bolingbroke, Raynal não prescreve a supressão das paixões, algo impossível, mas seu controle, de maneira que elas conduzam a um “certo bem geral, um grande objetivo político, um feliz emprego das faculdades físicas e morais” (Raynal, 1780, X, p. 140). Tendo em conta nossas ponderações ao longo deste artigo, não surpreende que, para o ilustrado francês, a atividade comercial seja entendida como o meio mais profícuo para domar as paixões destrutivas da conquista, direcionando-as para fins salutares.

Em primeiro lugar, ao esclarecer os homens de que o progresso está relacionado com o aumento geral das riquezas, o comércio despertaria a amizade e o senso de cooperação dos povos e indivíduos. Aqui é aplicado o mesmo raciocínio desenvolvido em trechos acima, retirados sobretudo de Montesquieu. Trata-se de salientar a suavização dos costumes e a pacificação baseadas nos interesses promovidos pelas trocas. Importa salientar que, ao motivar o abrandamento das relações humanas, o comércio configuraria ambientes desfavoráveis à vaidade e à glória sanguínea, tão comuns no mundo da conquista. Ele drenaria o manancial dessas paixões, representado pela confrontação bélica. Ao mesmo tempo, a atividade incentivaria práticas benéficas, relacionadas especialmente a atividades econômicas, em que elas pudessem se manifestar moderadamente. A república comerciante dos cartagineses, por exemplo, antes de ser dizimada por Roma nas Guerras Púnicas, expressava sua “glória na indústria e nos trabalhos úteis ao gênero humano” (Raynal, 1780, I, p. 7). Nesse ponto, Raynal estava perfeitamente de acordo com outros pensadores da Filosofia das Luzes, para quem o “código de glória aristocrático e cortesão – um código que exaltava o combate, o duelo e a indiferença às feridas [...]”, deveria ser contestado (Israel, 2013, p. 130).

Assim como a paixão pela glória, a paixão pelo luxo seria igualmente domada pelo comércio. Se em sociedades calcadas na conquista ela causava a inércia da população, em ambientes comerciais, Raynal destaca, “o gosto do luxo e das comodidades tem conferido amor ao trabalho” (Raynal, 1780, IX, p. 153). Como vimos, no Medievo as oportunidades de conforto eram privilégio exclusivo da nobreza guerreira. Os servos, não podendo desfrutar das “delícias do luxo”, não se sentiam estimulados a exercer quaisquer atividades. Em contraste, a expansão do comércio na Baixa Idade Média teria contribuído decisivamente para abolir a servidão e, conforme a *História das duas Índias*, transformar “escravos” em trabalhadores úteis. Expandindo as possibilidades de vida confortável para um número cada vez maior de pessoas, o horizonte de uma existência até certo ponto luxuosa as motivava a trabalhar. Ao ampliar o acesso ao luxo, o comércio teria transformado a paixão que ele desperta, outrora fonte de inatividade, em fator de emulação dos indivíduos.

O mesmo raciocínio é empregado para administrar a paixão humana pela riqueza. Monopolizada por grupos privilegiados, como era de praxe no mundo da conquista, a riqueza, assim como o luxo, promovia a inatividade do restante da população. Por seu turno, sociedades orientadas pelo comércio, em termos contemporâneos, democratizariam as oportunidades de enriquecimento. Isso incentivaria os homens a saírem da inércia, afinal, como a experiência havia demonstrado, quanto mais o “ouro e o dinheiro [...] ocupam os braços e os dedos do povo, mais eles excitam os camponeses a produzir, as vilas marítimas a navegar e os Estados a fabricar armas, habitações e edifícios” (Raynal, 1780, IX, p. 153). Portanto, de acordo com Raynal, em sociedades comerciantes a busca individual pelo enriquecimento fomentaria o trabalho e, conseqüentemente, contribuiria para o fortalecimento dos corpos políticos. Em seu *De l'esprit*, o filósofo Helvétius (1715-1771) afirma isso com clareza:

Como pensar que se possa ter em desprezo o dinheiro que alivia o homem das suas preocupações, o liberta dos sofrimentos e lhe proporciona o prazer? Há países em que o amor pelo dinheiro se tornou o princípio da atividade nacional, em que, por consequência, é salutar. Ora, o mais vicioso de todos os governos é um governo sem princípio motor. Um povo sem objeto de desejos é sem ação. Torna-se motivo de desprezo para seus vizinhos (Helvétius in Desné, 1969, p. 282).

De maneira similar, para Raynal “não é mais um povo pobre que torna formidável uma nação rica. A força, isto é, a potência dos estados, está atualmente do lado das riquezas porque elas não são mais fruto da conquista, mas

obra de trabalhos assíduos e de uma vida inteiramente ocupada” (Raynal, 1780, X, p. 153). Sendo assim, tal como ocorreria com a paixão pelo luxo, a paixão pela riqueza é administrada pelo comércio, passando de símbolo de ostentação de grupos privilegiados a propulsora de sociedades ricas e poderosas.

Em suma, o comércio comportaria a propriedade de transformar aquelas paixões destrutivas do mundo da conquista. Ele promoveria a domesticação dessas paixões pelos interesses que promove (Hirschman, 1977, p. 102). De tal modo, de corruptivas elas passariam a emulativas, impulsionando o trabalho, enriquecendo os indivíduos e fortalecendo os Estados. Eis, de acordo com a *História das duas Índias*, os meios de alcançar uma prosperidade geral.

Ademais, o comércio criaria mecanismos para conservá-la. Almejando satisfazer sua vaidade e sua sede de glória, seria possível que um soberano desejasse conquistar uma nação com a qual a sua mantinha relações comerciais. Porém, ao ponderar as conseqüências, ele optaria pelos benefícios do comércio, pois, além do dispêndio de homens e recursos, a guerra destruiria a cooperação lucrativa entre os dois povos. Seria igualmente possível que ele, buscando contentar sua ânsia por luxo, aspirasse possuir toda a riqueza do país. Contudo, isso geraria a inércia da população e, por conseguinte, esvaeceria a força do Estado. O comércio estimularia, portanto, o cálculo político, uma vez que proceder ao sabor das paixões colocaria em risco as vantagens agenciadas por ele. Fomentaria, assim, práticas distintas do imediatismo e da violência do mundo da conquista, onde os povos, “separados por desertos e sem a comunicação do comércio ou das viagens, tinham somente interesses do momento a resolver. Findar uma guerra fixando os limites de um Estado representava todas as negociações” (Raynal, 1780, X, p. 153).

Posto isso, chegamos a um problema decisivo para o século XVIII, qual seja, o de como evitar a tirania. Esboçando uma definição do que seria um ambiente tirânico, Raynal afirma que nele “o país é governado por um chefe, pelos lugares-tenentes e pelos soldados”. Esses representam

[...] a parte livre da nação, enquanto o restante é submetido às atrocidades e às humilhações da servidão. Nessa anarquia, permeada de ciúme e ferocidade, a paz é rapidamente quebrada. Homens inquietos marcham uns contra os outros, se exterminam. Com o tempo, sobra apenas um monarca ou um déspota. Sob o monarca, há uma sombra de justiça, a legislação avança alguns passos, as ideias de propriedade se desenvolvem e o termo escravo é substituído pelo de súdito. Sob a suprema vontade do déspota, há somente terror, baixez, bajulação, estupidez e superstição (Raynal, 1780, X, p. 15).

Segundo Raynal, o comércio atuaria como fator dissuasivo de um dos principais traços da tirania: a arbitrariedade. Recordemos que a conservação da prosperidade advinda do comércio dependeria da obediência a condições específicas conformadas por ele, contrárias à glória sanguinária e à paixão desmedida por luxo e riqueza. Dessa maneira, a atividade refrearia o furor e os impulsos dos governantes, diminuindo a possibilidade deles se transformarem em déspotas. A margem para a ação baseada no mero arbítrio do soberano seria então restringida, não sendo a ele aconselhável proceder, por exemplo, como “na Idade Média, onde tudo, até a justiça, se decidia pela força” (Raynal, 1780, X, p. 99). Essa tendência seria ainda reforçada pela crescente influência dos “homens úteis” na política.

Notamos acima que os soberanos medievais domesticaram a nobreza guerreira e dirimiram o direito feudal. Procederam assim porque visavam ao enriquecimento do Estado e ao fortalecimento do seu próprio poder. No entanto, o êxito desse processo contou com a participação dos setores produtivos, personificados pelos homens que dominavam as celebradas “artes úteis”. Esses se tornariam cada vez mais decisivos, pois a prosperidade do corpo político e a força do monarca dependiam de sua atividade. Emanaria daí uma nova correlação de forças, na qual os interesses dessas camadas teriam de ser respeitados. O terceiro estado conquistava um papel na vida política e passava a figurar nas assembleias nacionais, participando dos assuntos públicos e impondo obstáculos às ações abusivas dos governantes.

Considerações finais, ou da possibilidade do comércio gerar corrupção

Ao longo deste trabalho, acompanhamos a avaliação impressa na *História das duas Índias* segundo a qual o comércio seria crucial para o controle das paixões e, por extensão, para a configuração de sociedades livres, pacíficas, prósperas, menos injustas e politicamente ordenadas. A atividade acarretaria, portanto, consequências diametralmente opostas àquelas promovidas pelo espírito de conquista, tornando-se um elemento decisivo para o avanço da civilização. Para encerrar, perguntamos se, na visão de Raynal, ela também poderia gerar efeitos negativos, corrompendo os efeitos salutares que se seguiriam a ela.

A resposta para o problema também se encontra na teoria das paixões mobilizada pelo ilustrado. Como notamos anteriormente, uma das virtudes do comércio reside em sua capacidade de gerar interesses interdependentes, por meio dos quais as partes em contato visam a benefícios

mútuos. Uma parte depende da prosperidade da outra, de sorte que, inversamente, a ruína de uma acarretaria a decadência de ambas. Smith (1996, I, p. 472) apresenta o argumento com clareza ao dizer que “uma grande nação cercada de todos os lados por selvagens nômades e pobres bárbaros” certamente tem seu esplendor comprometido. Não se trata, pois, de voluntarismo, mas de uma lógica econômica defendida por vários filósofos da República das Letras. Sendo assim, o que poderia levar uma nação florescente a abandonar o intercâmbio de vantagens recíprocas para empreender métodos que colocariam em risco sua própria grandeza? A transição se daria mediante o descontrole de uma paixão que o próprio comércio desperta e que, de início, administra: trata-se da cupidez, aludida na *História das duas Índias* também como ganância, avidez e ambição. Segundo Raynal, ao gerar mais e mais riquezas, as trocas semeariam em cada homem e em cada povo o desejo de reunir para si os frutos do trabalho de todos. O difícil controle dos apetites consistiria no meio pelo qual evitar esse abuso. Mas se uma nação não conseguisse administrá-los, ela passaria a rapinar seus parceiros, o que logo esgotaria as fontes de sua prosperidade e, por fim, a conduziria ao declínio. Pocock captou com argúcia a premissa contida nesse tipo de argumento presente em diversos textos setecentistas. De acordo com o autor, para os pensadores das Luzes “não seria possível construir nenhuma teoria do progresso humano que não carregasse em seu bojo a implicação negativa de que o progresso era, ao mesmo tempo, decadência” (Pocock, 2003, p. 192). Como vimos, na *História das duas Índias* esse raciocínio aparece no momento em que Raynal discute os prejuízos causados pelo comércio às bases da noção de virtude defendida pelos humanistas cívicos, embora, conforme sua avaliação, os benefícios trazidos pela atividade tivessem compensado largamente o ocorrido. Agora ele surge da própria possibilidade de queda aberta por uma paixão reforçada pelo desenvolvimento das trocas, indicando que mesmo uma prática tão benéfica à humanidade carregaria consigo um germe de corrupção.

A importância desse tópico é decisiva por duas razões. Em primeiro lugar, permite sondar como uma obra fundamentalmente destinada à análise da expansão colonial europeia, como era a *História das duas Índias*, avaliava o processo e sugeria modificações em seus rumos. Nesse sentido, conforme a narrativa desenvolvida nas páginas precedentes, para Raynal o comércio deveria se sobrepor à conquista e presidir os contatos entre o Velho Continente e seus estabelecimentos ultramarinos, desde que não se tornasse um instrumento de rapina. Porém, segundo o ilustrado, os europeus não se comportaram dessa maneira. Os portugueses, por exemplo, até teriam estabelecido um intercâmbio de vantagens recíprocas com suas primeiras

possessões. Contudo, quando a “cupidez” entrou em ação, “rapidamente seus princípios” foram aniquilados e eles passaram a pilhar seus territórios em além-mar (Raynal, 1780, I, p. 190). Os monopólios também são vistos por Raynal como expressão da ganância gerada pelo comércio. Na América, sua proliferação teria impedido o desenvolvimento das colônias e, com o correr dos anos, prejudicado as próprias metrópoles:

Os privilégios exclusivos arruinaram o Antigo e o Novo Mundo. Não houve colônia nascente no outro hemisfério cuja fraqueza eles não tenham prolongado ou que não tenham sufocado no berço. Sobre o nosso, não houve país florescente cujo esplendor eles não tenham destruído; nenhum empreendimento, por mais brilhante que fosse, que não tenham deteriorado; nenhuma circunstância mais ou menos lisonjeira que não tenham virado em detrimento geral (Raynal, 1780, X, p. 163).

Destarte, para fazer da colonização algo proveitoso, assim como havia ocorrido com as paixões oriundas do espírito de conquista, a avidez provocada pelo comércio deveria ser controlada.

Por fim, a ênfase da *História das duas Índias* na cupidez animada pelo comércio permite afastá-la de um liberalismo desenvolvido posteriormente que vaticinava o progresso mediante a remoção dos obstáculos que no passado haviam sido colocados ao livre jogo das trocas, sem os quais o paraíso terrenal fatalmente se produziria (Hobsbawm, 2008, p. 330). É certo que Raynal era um crítico dos monopólios e um defensor de que a civilização anda de braços dados com o comércio. Contudo, este não é encarado em sua obra como panaceia universal, capaz de tudo solucionar ao produzir uma ordem autorreguladora e despersonalizada, “sem que a vontade dos indivíduos em geral e dos chefes da sociedade em particular desempenhem qualquer papel” (Rosanvallon, 2002, p. 10). De acordo com o ilustrado, “o comércio é uma ciência que demanda maior conhecimento dos homens que das coisas. Sua dificuldade deriva menos da multiplicidade dos assuntos que da avidez daqueles que o conduzem” (Raynal, 1780, X, p. 99). Tendo isso em mente, é possível concluir que, quando olhava para trás, o abade francês via as paixões da conquista domesticadas. Mas quando se voltava para o presente, ele percebia o problema da ganância ainda por resolver. Quanto ao remédio prescrito, sobressai sua aposta na formação de governantes esclarecidos, aptos a conter os abusos quando eles aparecessem. Indicativo de que na *História das duas Índias* o político tem o seu lugar. Mas este é assunto para outro trabalho.

Referências

- CAÑIZARES-ESGUERRA, J. 2011. *Como escrever a história do Novo Mundo: história, epistemologias e identidades no mundo atlântico do século XVIII*. São Paulo, Edusp, 459 p.
- CARDOSO, J.L. 1989. *O pensamento econômico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808)*. Lisboa, Editorial Estampa, 352 p.
- DARNTON, R. 1998. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo, Companhia das Letras, 455 p.
- DESNÉ, R. 1969. *Os materialistas franceses: de 1750 a 1800*. Lisboa, Seara Nova, 318 p.
- DUCHET, M. 1971. *Anthropologie et histoire au siècle des lumières: Buffon, Voltaire, Rousseau, Helvétius, Diderot*. Paris, François Maspero, 562 p.
- ELIAS, N. 1990. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, I, 264 p.
- ELLIOTT, J. 2004. A Espanha e a América nos séculos XVI e XVII. In: L. BETHELL (org.), *História da América Latina*. São Paulo, Edusp, vol. I, p. 283-336.
- ELLIOTT, J. 2006. *Imperios del mundo atlántico: España y Gran Bretaña en América, 1492-1830*. Madrid, Taurus, 830 p.
- FURET, F. 1978. De l'homme sauvage à l'homme historique: l'expérience américaine dans la culture française. *Annales: Économies, Sociétés, Civilisations*, 4(1):729-739.
<https://doi.org/10.3406/ahess.1978.293966>
- HAZARD, P. 1989. *O pensamento europeu no século XVIII*. Lisboa, Editorial Presença, 429 p.
- HIRSCHMAN, A.O. 1977. *The passions and the interests: political arguments for capitalism before its triumph*. New Jersey, Princeton University Press, 153 p.
- HOBBSBAWM, E.J. 2008. *A Era das revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 464 p.
- INGERSOLL, R. 1902. *The works of Robert G. Ingersoll*. New York, Dresden Publishing Co, 632 p.
- ISRAEL, J. 2013. *A revolução das Luzes: o Iluminismo radical e as origens intelectuais da democracia moderna*. São Paulo, Edipro, 254 p.
- KIRSCHNER, T.C. 2009. *José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu: itinerários de um ilustrado luso-brasileiro*. São Paulo/Belo Horizonte, Alameda/PUC-Minas, 351 p.
- MONTIEL, E. 2005. América en las utopías políticas de la modernidad. *INTI*, 61(6):191-204.
- OHJI, K. 2008. Civilisation et naissance de l'histoire mondiale dans L'Histoire des deux Indes. *Revue Synthèse*, 129(1):57-83.
<https://doi.org/10.1007/s11873-007-0030-3>
- PAGDEN, A. 2002. *Povos e Impérios: uma história de migrações e conquistas, da Grécia até a atualidade*. Rio de Janeiro, Objetiva, 262 p.
- POCOCK, J.G.A. 1995. *Virtue, commerce & history*. Cambridge, Cambridge University Press, 329 p.
- POCOCK, J.G.A. 2003. *Linguagens do ideário político*. São Paulo, EDUSP, 452 p.
- RESTALL, M. 2006. *Sete mitos da conquista espanhola*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 346 p.
- ROSANVALLON, P. 2002. *O liberalismo econômico: história da ideia de mercado*. Bauru, EDUSC, 279 p.
- SERNA, P. 1999. O nobre. In: M. VOVELLE (org.), *O homem do Iluminismo*. Lisboa, Editorial Presença, p. 30-51.
- SILVA, A.R.C. 2015. O marquês de Pombal e a formação do homem-público no Portugal setecentista. In: F. FALCON; C. RODRIGUES (org.), *A época pombalina no mundo luso-brasileiro*. Rio de

- Janeiro, Editora FGV, p. 413-452.
- STAROBINSKI, J. 2001. *As máscaras da civilização*. São Paulo, Companhia das Letras, 312 p.
- TODOROV, T. 1996. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo, Martins Fontes, 263 p.
- VENTURI, F. 1992. La vieillesse de Diderot. *Recherches sur Diderot et sur l'Encyclopédie*, 13(1):9-30.
<https://doi.org/10.3406/rde.1992.1183>
- VENTURI, F. 2003. *Utopia e reforma no Iluminismo*. Bauru, EDUSC, 274 p.
- WOLPE, H. 1957. *Raynal et sa machine de guerre: L'Histoire des deux Indes et ses perfectionnements*. Stanford, Stanford University Press, 252 p.
- des Arts et des Métiers*. Paris, Briasson, p. 690-696.
- MONTESQUIEU, C.S. 1757. *De esprit des lois*. London, [s.n.], vol. III, 362 p.
- RAYNAL, G. 1780-1783. *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce de européens dans les deux Indes*. Genève, Jean-Leonard Pellet, 10 vols., 3.077 p.
- SAVARY, J. 1675. *Le Parfait Négociant*. Paris, [s.n.], 324 p.
- SMITH, A. 1996. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo, Nova Cultural, 2 vols., 879 p.
- VOLTAIRE, F.M.A. 1829. *Essai sur les moeurs*. Paris, Chez Lefèvre, vol. III, 535 p.

Fontes primárias

- DICTIONNAIRE DE L'ACADEMIE FRANÇAISE. 1762. Paris, Vve. B. Brunet, I, 993 p.
- FORBONNAIS, V. 1754. Commerce. In: J. D'ALEMBERT; D. DIDEROT (org.), *Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences*,

Submetido: 16/11/2016

Aceito: 04/08/2017